

Sentidos e Significados do Trabalho no Contexto de uma Realidade em Transformação: O Desemprego e as Dificuldades de Integração Profissional dos Jovens

Filomena Parada * & Joaquim Lu's Coimbra**

A multiplicidade de transformações que caracteriza o final do século XX cria a necessidade de se reflectir sobre a vida contemporânea, em especial no que se refere ao significado do trabalho na existência humana. Expressões como mobilidade profissional, mudanças ou interrupções de carreira ou ainda toda uma terminologia associada a novas formas de trabalho são cada vez mais usuais, dando azo a um contexto histórico marcado pela imprevisibilidade, incerteza, risco e flutuação. Os jovens constituem um dos grupos mais vulneráveis a estas alterações, visto serem dos mais afectados pelos efeitos do crescimento maciço de fenómenos como o desemprego, a forte implantação de formas precárias ou atípicas de emprego, ou a gradual desregulação das condições de acesso e de permanência no emprego. É, pois, possível antecipar que, num futuro mais ou menos próximo, todas estas mutações levarão as pessoas a experienciam uma (profunda) reorganização na vida social, política, económica e cultural que, naturalmente, também se fará sentir nos sentidos e significados assumidos pelo trabalho.

O crescimento maciço de fenómenos como o desemprego, a forte implantação de formas precárias ou atípicas de emprego, ou a gradual desregulação das condições de acesso e de permanência no emprego têm contribuído para abalar a construção social da definição de trabalho nas sociedades modernas (Billiard, 1993).

Hoje em dia as pessoas vivem numa sociedade que funciona segundo as normas e os princípios próprios de uma economia em fluxo (Super, 1988), a qual, entre outras coisas, se caracteriza pela privatização generalizada da economia liberal e pelo colapso do sistema soviético, pela crescente globalização da economia e da livre concorrência, assim como pela redução do tempo de trabalho remunerado durante o período semanal, anual e de vida. Não é, pois, de admirar que, neste contexto, as vivências dos sujeitos sejam marcadas por

um ambiente geral de conflito, incerteza, risco e flutuação, que acaba por se reflectir nas constantes alterações nas necessidades das estruturas económicas e conduzir a flutuações permanentes nas características do mercado de trabalho, nomeadamente, devido às múltiplas transformações tecnológicas que, de há uns anos a esta parte, vêm tendo lugar.

Qualquer análise, mesmo que não muito minuciosa, do contexto sociocultural e político-económico deste final de século permite verificar que a sociedade do *pleno emprego* tende cada vez mais a adquirir o estatuto de um mito, ainda que tal não seja muito claro no discurso oficial das entidades responsáveis pela condução da vida pública, em particular pela definição e gestão dos recursos e das políticas que viabilizam a economia de mercado nos seus diferentes níveis de funcionamento. A este nível, tem sido, sobretudo, privilegiado um discurso assente numa lógica de *crise* e que se fundamenta na urgência da adopção de medidas de regulação ou ajustamento entre dimensões como a oferta e a procura, o emprego e a formação, as qualificações e as necessidades reais dos sistemas de produção, as quais, à partida, seriam suficientes para a solucionar (Lebaude, 1996). Isso, embora a própria Comissão Europeia admita, no seu Livro Branco "*Crescimento, competitividade e emprego: Desafios e pistas para entrar no século XXI*" (1993), que nem mesmo todas as

* Psicóloga. Investigadora e doutoranda no Instituto de Consulta Psicológica, Formação e Desenvolvimento, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Bolseira da Fundação para a Ciência e Tecnologia no âmbito do Programa de Formação Avançada de Recursos Humanos - Programa PRAXIS XXI.

** Professor Associado na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Membro do Instituto de Consulta Psicológica, Formação e Desenvolvimento. Coordenador do Centro de Desenvolvimento Vocacional.

políticas intensivas de crescimento podem conduzir a uma situação de pleno emprego.

Talvez seja, então, mais lógico falar de uma *mudança profunda* (e já não de crise) em todo o modo de organização das sociedades modernas (Coimbra 1996; Ferry, 1994; Lebaude, 1996; Sainsauleau, 1998), nas quais o trabalho assumiu — e continua, ainda, a assumir — um papel central, nomeadamente no que respeita todo o processo de socialização secundária dos indivíduos. É através do trabalho, mais concretamente, no seio de experiências e relações de poder, de pertença ou de concretização de um projecto por ele proporcionadas, que os indivíduos procuram uma afirmação identitária facilitadora do reconhecimento socio-profissional, indispensável no contexto das relações e dinâmicas sociais vigentes (Sainsaulieu, 1998).

Todavia, no presente momento histórico não é já possível preconizar um “modelo global para a integração social” (Ferry, 1994, p. 192), em que a transição entre sistema de educação/formação e uma profissão e emprego se desenrolaria, para todos os indivíduos, sem qualquer dúvida ou obstáculo previsível *à priori*, de um modo linear e unidireccional. Por outras palavras, é possível considerar que o carácter identitário que vem sendo assumido pelo trabalho, pelo menos em parte, se esbateu (Sainsaulieu, 1988), na medida em que, recentemente, se tem assistido a uma tendência no sentido de aumentar o número dos excluídos (quer temporária, quer permanentemente) do mercado de emprego. Mais concretamente, nos últimos vinte anos, um número crescente de indivíduos tem experienciado um conjunto de dificuldades também maiores no acesso e permanência no mercado de trabalho, não sendo estas explicáveis apenas em função do nível educacional do sujeito ou da sua qualificação profissional.

Adoptar como referência uma análise um pouco mais atenta das actuais características e tendências do mercado de trabalho leva a considerar a criação e a destruição de empregos como uma parte estrutural deste processo de transformação nos sentidos e significados do trabalho. Não só as estruturas económicas demonstraram ser capazes de aumentar a sua produtividade, em termos quer de quantidade quer de qualidade, como também o número de

trabalhadores nas empresas ou outras organizações laborais tem vindo a ser reduzido, verificando-se, simultaneamente, mudanças profundas e fluidas no tipo de profissões mais procuradas (Azevedo, 1999). Enquanto determinado tipo de novas profissões tem vindo a aparecer, outras começam a desaparecer ou já acabaram mesmo, tornando não só difícil prever quais serão, por exemplo, nos próximos 5 a 10 anos as áreas de qualificação mais procuradas, mas também reforçando uma situação em que, tal como é afirmado por Riverin-Simard (1996), “o desenvolvimento ou evolução profissional desenrola-se num estado de permanente questionamento, ou no seio de uma instabilidade qualificável de omnipresente” (p. 481).

Torna-se, portanto, necessário reflectir sobre o todo o processo de organização e coesão sociais que, presentemente, são indissociáveis de uma sociedade salarial construída inteiramente sobre as dinâmicas sociais do trabalho a fim de, pelo menos na opinião de alguns autores (e.g. Ferry, 1994; Gorz, 1988; Sainsauleau, 1998), serem evitadas situações extremas facilitadoras de rupturas que derivam, por um lado, e evidenciam, por outro, a impotência dos sistemas políticos face aos económicos, assim como divergências que daí advêm entre os interesses da nação e os da economia, entre os da sociedade e os da empresa, ou, ainda, entre a empresa e a própria economia (Lebaude, 1996).

As metamorfoses do trabalho e a emergência da racionalidade económica

Curiosamente, a concepção de trabalho que actualmente vigora “não passa de uma invenção da modernidade” (Gorz, 1988, p.25) generalizada, sobretudo, a partir do momento em que o capitalismo industrial se afirmou como o modo dominante de organização e funcionamento dos sistemas produtivos. De facto, é apenas com o aparecimento das sociedades industriais que o trabalho se afirma como uma acção a procurar, a oferecer e a realizar no domínio público, ao qual os indivíduos consagram grande parte do seu dia, da sua semana e da sua vida. Até à data, em diferentes épocas, o trabalho assumiu também

diferentes significados e funções na vida dos indivíduos e das sociedades, pelo que a sua natureza e características, mais do que preexistirem a um dado momento que se limita a dar-lhes forma, emergem como o resultado de todo um processo de produção social, de construção histórica, temporal e espacialmente contextualizados (Billiard, 1993).

Segundo André Gorz (1988), se se fizer uma (breve) análise retrospectiva da evolução histórica do sentido e significado do trabalho na existência humana, verifica-se que, por exemplo, para a civilização grega da antiguidade, este consistia apenas no modo de produzir e reproduzir os bens materiais necessários à vida, desenrolando-se, deste modo, grande parte da actividade económica no seio da família, cuja hierarquia e organização eram determinadas pelas necessidades específicas de subsistência e de reprodução. Posteriormente, e atendendo às diferentes transformações socioeconómicas e culturais que foram tendo lugar na estrutura e modos de funcionamento das sociedades, passou a caber aos servos e aos jornaleiros a realização das tarefas indispensáveis à produção e manutenção dos bens de consumo e dos serviços necessários ao desenrolar da vida quotidiana. À classe dos artesãos cabia a responsabilidade de criar “obras”, isto é, objectos duráveis, destinados à posteridade, em cujo processo de fabricação podiam ser usados (e eram-no com frequência) os serviços de aprendizes ou jornaleiros. Dois aspectos diferenciavam a laboração dos artesãos da dos servos/aprendizes e dos jornaleiros:

- primeiro, relaciona-se com o facto de, socialmente, não ser considerada como trabalho a actividade levada a cabo pelos artesãos, visto que estes “criavam uma obra”, para a qual podiam recorrer ao “trabalho” (então associado às actividades mais pesadas e percebidas como sendo menos nobres) dos aprendizes ou dos jornaleiros;

1 Obviamente, aqui importa fazer um parêntesis a fim de recordar o papel que, desde sempre, coube aos usurários e aos banqueiros, principalmente na Idade Média, os quais, já então, constituíam importantes fontes de financiamento das mais variadas actividades económicas, de entre as quais se poderá destacar a guerra.

- segundo advém do facto de, contrariamente aos aprendizes e jornaleiros que eram remunerados pelo seu “trabalho”, os artesãos serem pagos pela sua “obra” mediante tabelas fixadas pelas respectivas corporações profissionais ou *guildas*, as quais, por seu turno, não incentivavam qualquer forma de inovação ou de concorrência.

Esta concepção de trabalho vigorou até ao século XVIII, momento em que o capitalismo manufactureiro conheceu uma clara expansão. Esta forma de capitalismo, durante quase cem anos, coexistiu com uma indústria doméstica de produção têxtil assegurada, sobretudo, por trabalhadores no seu domicílio.

Mais do que ser pura e simplesmente um meio de subsistência, este tipo de organização e funcionamento dos sistemas de produção constituía um modo de vida inserido num sistema tradicional de actividade económica, em que não só os interesses respectivos de todos os envolvidos (e.g., tecelões, comerciantes) eram tidos em conta, como também questões relativas à racionalização do trabalho, à livre concorrência ou à procura sistemática do lucro não ocupavam ainda um lugar central em todo este processo¹. Apenas com a emergência da industrialização, resultante da mecanização dos processos de produção, o trabalho deixa de ser uma acção do domínio *privado*, baseada num saber-fazer intuitivo e submetida à satisfação das necessidades naturais, para se afirmar como uma iniciativa da esfera *pública*, procurada, definida e reconhecida como útil pelos outros, e que, acima de tudo, visa a obtenção de uma *remuneração* facilitadora da aquisição, por parte dos trabalhadores, de uma existência e de uma identidade sociais, simbolizadas pela sua profissão e transmitidas através tipo e quantidade de bens consumidos (Gorz, 1988).

O trabalho passa, assim, a ser tratado como qualquer outra grandeza quantificável — isto é, passa a “trabalho assalariado” —, caracterizando-se a actividade produtiva pela sua independência e desfasamento em relação à individualidade e motivação intrínseca do trabalhador, o qual é encarado como uma mera “força de trabalho”, na maior parte das vezes, alheia ou indiferente aos interesses que serve (Gorz, 1988; Santos, 1998).

Esta dupla mecanização — dos processos

de produção, por um lado, e da laboração produtiva, por outro — implicou, não só um esvaziamento no objecto e no sentido do trabalho que, de *modo* de vida, passou a *meio* de vida (ou melhor, de subsistência) como também uma mudança nos valores e nas relações estabelecidas entre os indivíduos (dominam as relações de dinheiro), entre as classes sociais (aqui, predominam as relações de força) e entre os indivíduos e a própria natureza (a este nível, impera uma relação sobretudo instrumental), vendo-se trabalho e trabalhadores despojados de qualquer qualidade humana (Gorz, 1988).

Como um outro factor determinante para este processo de desumanização do trabalho aparece a sua progressiva divisão em tarefas cada vez mais especializadas, as quais, ao serem acompanhadas por um estreitamento e uma especificação cada vez mais minuciosa dos diferentes saberes e disciplinas técnico-científicas, acabam por, por um lado, tornar necessário, dado o seu carácter parcial, o recurso a uma coordenação externa baseada em procedimentos organizacionais pré-estabelecidos, e, por outro, favorecer o desenvolvimento tecnológico e, conseqüentemente, a automatização crescente dos meios de produção.

O apelo ao consumo surge como o modo de proporcionar aos trabalhadores as compensações indispensáveis à sua integração numa sociedade marcada pela alienação do indivíduo face ao seu trabalho, em resultado da adopção de um modelo organizacional fundado sobre a subdivisão funcional das actividades laborais. Ao dar corpo a uma filosofia de vida que privilegia, por parte dos trabalhadores, uma atitude essencialmente instrumental face ao trabalho e assenta toda a sua estrutura no valor atribuído ao salário — enquanto meio de aceder a todo um conjunto de bens compensatórios (ou de consumo) que constituem o objectivo máximo dos esforços dos sujeitos e os símbolos do seu sucesso —, o consumismo acaba por se impor como o principal factor de coesão social, logo, como contexto central de socialização dos indivíduos (Beck, 1992).

Quer isto dizer que, para além da monetarização do trabalho, também teve lugar uma monetarização das necessidades e das

motivações, ao ponto de o dinheiro, obtido sob a forma de salário, constituir a elemento-chave regulador de todo o sistema. Apenas é socialmente aceitável uma actividade sujeita a um pagamento sob a forma de salário, o qual, mais do que um *objectivo* em si próprio, passa a desempenhar uma função instrumental, na medida em que constitui o *meio* que permite aos sujeitos acederem aos bens e serviços de consumo (isto é, ao seu real *objectivo*) (Santos, 1998).

A insegurança e a instabilidade na construção das trajectórias profissionais

Nos últimos vinte anos, o progresso tecnológico favorecedor do crescimento económico tem vindo a sofrer uma certa desaceleração (St Aubyn, 1997). Tudo indica que a este fenómeno não será alheio o já referido facto de as sociedades modernas serem capazes de, utilizando quantidades cada vez menores de trabalho, produzirem quantidades cada vez maiores de riqueza. Aliás, verifica-se que, desde o início deste século, se registou uma subida enorme na produtividade dos países mais desenvolvidos a nível tecnológico — mais concretamente, esta é, hoje em dia, dez vezes superior —, o que implicou, quer um aumento no nível de vida dos indivíduos, nos seus rendimentos e nos seus consumos, quer uma diminuição no tempo médio de trabalho (global) necessário à sua realização.

Como uma das principais consequências desta diminuição no volume de trabalho socialmente necessário, aparece a precarização das relações laborais que se traduz, entre outros aspectos, num aumento do desemprego, do trabalho a tempo parcelar, das reformas antecipadas e dos contratos de trabalho a prazo, do prolongamento dos períodos de férias e a redução do tempo semanal de trabalho, ou ainda por uma entrada mais tardia dos jovens no mercado de trabalho (*e.g.*, Azevedo, 1999; Correia, 1996; Tessaring, 1998).

Expressões como mobilidade profissional, mudanças ou interrupções de carreira (quer para educação ou formação, mas, mais frequentemente, devidas a desemprego), bem como toda uma terminologia associada a novas formas de trabalho, como por exemplo, trabalho

em casa ou teletrabalho, são cada vez mais usuais (Azevedo, 1999; Coimbra, 1996). Hoje por hoje, torna-se cada vez mais difícil aos jovens preverem, no decurso da construção dos seus projectos (vocacionais) de vida, quando irão ser capazes de encontrar o seu primeiro emprego, ou saber quantas pequenas e diferentes actividades irão ter de desempenhar antes de alcançarem esse mesmo emprego. Também ignoram por quanto tempo o irão conseguir manter, não sabendo se essas actividades, esse emprego e aqueles que se seguirão estarão, ou não, relacionados com a sua área de formação inicial, ou, até, quantas vezes irão ser confrontados com a necessidade de mudarem de emprego ou de domínio de actividade ao longo da sua trajectória profissional (Azevedo, 1999).

A própria análise de algumas tendências recentes permite prever que, em média, indivíduos entre os 15 e os 24 anos de idade irão passar mais vezes pela situação de desemprego que os de outros grupos etários actualmente em exercício de funções no mercado de trabalho, o que, apesar de tudo, não impede que seja esta a camada da população a apresentar um maior potencial de empregabilidade (St Aubyn, 1997). Por cá, em 1995, a duração do período de desemprego para indivíduos com menos de 24 anos rondava os 6 a 7 meses, enquanto que, para aqueles com idades compreendidas entre os 25 e os 44, era já superior a um ano e, para todos os outros, superior a dois (Quatenaire Portugal & CETE, 1996).

Assiste-se, assim, para a generalidade dos jovens, não só a um alongamento no período de tempo compreendido entre a conclusão de uma formação inicial — quando esta existe, uma vez que, em Portugal, por ano, cerca de 100 mil alunos abandonam a escola sem qualquer qualificação formal, isto é, antes de finalizarem a educação básica ou terem adquirido uma certificação profissional (Quatenaire Portugal & CETE, 1996) — e o primeiro emprego, mas também uma complexificação e diversificação do próprio acesso e transição profissional (Rose, 1997). Se não, veja-se os empregos usualmente conseguidos pelas camadas mais jovens da população caracterizam-se por ser a tempo parcelar e assentar em contratos a termo certo e de curta duração, se localizarem nos níveis mais baixos da escala

das qualificações e se polarizarem em sectores específicos de actividade, como sejam o comércio e os serviços (Moncel & Rose, 1995). Por sua vez, tal situação acaba também por favorecer uma maior mobilidade profissional dos sectores mais jovens da população — constituindo a transição de e para o emprego um caso particular deste fenómeno (Balsan, Hanchane, & Werquin, 1997) —, sobretudo se se atender ao omnipresente clima de insegurança e instabilidade que caracteriza as sociedades contemporâneas e patente, por exemplo, no número crescente de indivíduos à procura quer do primeiro emprego quer de um novo emprego.

Em Portugal, esta situação já de si complexa, é ainda agravada pelo facto de, entre os sistemas de educação/formação e o mercado de trabalho, existir um profundo desfasamento, evidente, nomeadamente, na manifesta falta de conhecimento dos empregadores em relação aos modos segundo os quais o sistema educativo opera ou os tipos de qualificações que produz (Azevedo, 1999). Talvez por isso se torne mais fácil encontrar, no nosso país, jovens com um diploma de estudos secundários sem emprego do que jovens que tenham abandonado a escola com níveis de qualificação mais baixos, ao mesmo tempo que se constata que cerca de 60 por cento dos jovens com uma certificação formal não trabalha na sua área de formação inicial (*ibid.*).

A relação entre formação e emprego surge, então, e antes de mais, como algo construído ao longo do tempo (e já não adquirido instantaneamente através de uma transição linear e unidireccional entre estes dois contextos), sendo determinada, entre outros aspectos, pelas lógicas de mobilidade sectoriais e profissionais em vigor, as quais são diferenciadas de acordo com os modos de funcionamento do próprio sistema de emprego (Balsan, Hanchane & Werquin, 1997; Rose, 1997). O acesso ao emprego por parte dos jovens surge como uma dimensão não dissociável das suas experiências de mobilidade profissional, nomeadamente da forma que estas assumem, uma vez que, ainda segundo os mesmos autores, a mobilidade profissional experienciada pelos sujeitos, a curto prazo, desde a saída do sistema de educação/forma-

ção, surge como um elemento facilitador da compreensão e, até, da eventual previsão da sua integração profissional a médio prazo.

A análise de fenómenos como o desemprego e as dificuldades de integração profissional dos jovens assoma como uma tarefa complexa, cuja compreensão implica a consideração de uma multiplicidade de factores, designadamente:

- a representação social dominante em relação ao sistema de emprego e o tipo de relações que aí se estabelecem ou poderão vir a estabelecer-se (e.g., as expectativas face ao emprego, mediante a escolha e conclusão de uma determinada formação, por parte de quem o procura, e o tipo de perfis desejados pelo empregador para o acesso e desempenho de uma dada função),

- a determinação exercida pela influência de um contexto estrutural indissociável do ciclo de actividade económica vivenciado pelas sociedades (e.g., a evolução das relações existentes entre os volumes e as categorias de oferta e de procura de emprego, a qual, pelo menos em parte, determina o tipo e o número de contratações que irão ser privilegiadas pelos empregadores),

- a influência dos diferentes investimentos vocacionais efectuados pelos indivíduos no decurso do seu ciclo vital, os quais, para além de serem fundamentais para a construção de um projecto de vida (profissional), se encontram, necessariamente, inseridos no quadro socioeconómico que, naquele momento específico, é delineado pelos dois tópicos anteriores (Blossfeld, 1992; Espinasse & Giret, 1997).

Neste sentido, afirmar que a probabilidade de vir a estar desempregado não é igual para todos os indivíduos que, no presente, constituem a população activa, quer em Portugal quer em qualquer outro país da Europa (Méron & Minni, 1995; St Aubyn, 1997), afigura-se como uma evidência. Consta-se que variáveis como o género, a classe etária ou a região de pertença — entre nós, por exemplo, no Norte e Centro, as taxas de inactividade caracterizam-se por serem relativamente baixas, enquanto que, no Sul, em particular no Alentejo, atingem valores bastante elevados (Quatenaire Portugal & CETE, 1996) —, o nível de qualificação formal alcançado ou a antiguidade no mercado de trabalho

permitem definir padrões de desemprego (bem como de outros fenómenos que lhe estão associados) claramente diferenciados, verificando-se, ainda, que este último factor (antiguidade no mercado de trabalho) tende a ser acompanhado por uma melhoria na empregabilidade dos sujeitos, fruto da sua relativa “especialização” nos vários empregos (precários) que vão conseguindo (Rose, 1997).

De encontro a esta mesma leitura vêm os dados recolhidos por um estudo efectuado pela Quatenaire Portugal em colaboração com o CETE, Centro de Estudos de Economia Industrial, do Trabalho e da Empresa (1996), cujo principal objectivo residiu, precisamente, na caracterização do mercado de trabalho em Portugal. A análise da evolução das taxas de actividade, realizada para os diversos subgrupos identificados, revelou o seguinte:

- na generalidade, são as mulheres o grupo mais afectado pelo desemprego, constituindo mais de 50 por cento do número total de desempregados. Ao mesmo tempo, verifica-se que as taxas de desemprego feminino, não só são mais persistentes (podendo indiciar maiores dificuldades a nível da integração profissional desta população), como o seu crescimento, em períodos de recessão, em nada difere do apresentado pelas taxas de desemprego masculino;

- por outro lado, constata-se que, independentemente do género, são os jovens trabalhadores os mais atingidos pelo desemprego, sobretudo a classe etária entre os 15 e os 24 anos, cujas taxas de inactividade chegam a ultrapassar o dobro da média encontrada para o resto da população. Isto, apesar de, simultaneamente, se registar uma diminuição nas taxas de participação das camadas mais jovens da população no mercado de trabalho (uma explicação possível para este facto parece residir no aumento generalizado do nível de escolarização dos indivíduos, o qual é, necessariamente, acompanhado por uma mais longa permanência destes no sistema educativo);

- no que diz respeito ao nível de qualificação formal alcançado pelos sujeitos, e tal como seria de esperar, observa-se que, em geral, a vasta maioria dos sujeitos desempregados não tem mais do que 4 a 6 anos de formação escolar (o que é compreensível se se

atender ao nível global de escolaridade da população total), o que não obsta a que a percentagem dos indivíduos activos com níveis mais elevados de escolarização (isto é, cuja progressão no sistema educativo terminou entre os 7 e os 12 anos de escolaridade) permaneça ainda relativamente baixo. Importa, contudo, realçar que, embora o número de diplomados no desemprego tenha vindo a aumentar, a probabilidade de se encontrarem desempregadas pessoas que apresentem um grau de instrução médio ou superior se situa abaixo da média global.

Face a este cenário, o desemprego, em particular o desemprego juvenil, emerge sobretudo como um fenómeno estrutural mais do que conjuntural, na medida em que já não é explicável unicamente em função das flutuações ocorridas a nível do sistema económico de acordo com o período (de expansão ou de recessão) que, naquele momento específico, caracteriza o ciclo da actividade produtiva. Pelo menos como tendência, a experiência de desemprego transformou-se num estágio *normativo* do desenvolvimento pessoal e vocacional (Cascino & Le Blanc, 1993), levando a que expressões como *risco*, *imprevisibilidade*, *instabilidade* ou *insegurança* se tenham tornado cada vez mais frequentes sempre que se abordam questões relativas à construção e implementação das trajectórias profissionais (Azevedo, 1999; Beck, 1992; Coimbra, 1996).

Que caminhos para o futuro?

No seu conjunto, tais modificações (económicas e culturais) nas características do trabalho e do emprego, acabam igualmente por se reflectir nas exigências colocadas aos sujeitos, os quais se vêem confrontados com a necessidade de projecção num futuro incerto e de viver no transitório (Gelpé, 1997). Dito de outro modo, a presente complexificação e multiplicação dos determinantes do desenvolvimento vocacional, em que o trabalho deixa de ser capaz de exercer plenamente a sua anterior função de elemento estruturante dos percursos de vida, requer das pessoas não só uma reflexão contínua sobre a definição e a condução das suas metas (profissionais) mas

também uma adaptação permanente às condições em contínuo fluxo da existência (Savickas, 1997). Segundo o autor, sem isso, dificilmente os indivíduos serão capazes de lidar (construtiva e adaptativamente) com as tarefas, previsíveis e imprevisíveis, de preparação para e desempenho do papel de profissional, ou ainda com os ajustamentos inesperados despoletados pelas mudanças no trabalho e nos contextos em que tem lugar.

A transfiguração ocorrida na estrutura da economia mundial constitui um dos aspectos que mais contribui para esta situação, especialmente no que se refere

- ao aparecimento e consolidação de novas formas de relacionamento entre economia, Estado e sociedade, fruto, primordialmente, da globalização,

- ao actual panorama de rápidas evoluções científicas e tecnológicas, que configura e sustenta a actual tendência de progresso dos meios e tecnologias de oferta e produção de bens e de prestação de serviços, mais e mais em tempo real,

- à emergência de novas formas de organização do trabalho, patente, por exemplo, na individualização e diversificação das relações aí estabelecidas,

- à turbulência no quadro económico e financeiro que, em grande medida, caracteriza a economia virtual (ou de casino, como também vem sendo designada) dominante na lógica das dinâmicas e fluxos dos mercados de capitais (Beck, 1992; Santos, 1998).

É, justamente, da apreciação e antecipação dos efeitos (a curto, médio ou, mesmo, a longo prazo) de todas estas alterações (qualitativas e quantitativas) nos modos de funcionamento das instituições e da sociedade que advém a necessidade de buscar outras funções e significados para o trabalho, na vida individual e colectiva, que transcendam a sua presente e persistente concepção redutora e unidimensional. Visão essa que, por sua vez, seria facilitadora da assunção, por parte deste domínio, de uma nova dimensão — ou, pelo menos, um carácter diferente do actual — favorável à criação de novos espaços e modos de intervenção e de participação social. Pretende-se, portanto, explorar um conjunto de hipóteses alicerçadas em modos alternativos de socialização e de

integração comunitária que possibilitem aos indivíduos encontrar noutras áreas ou actividades respostas para a crescente necessidade de procura de um sentido pessoal e social para a existência (Ferry, 1994; Gorz, 1988).

Neste cenário, o trabalho, enquanto domínio preferencial de investimento (pessoal, social), tenderá a transformar-se, especialmente se começar a ser encarado como um palco privilegiado para o exercício e para a experimentação de (novas) maneiras de ser, estar pensar e agir em sociedade, ao mesmo tempo que possibilita a coordenação e a integração de aspectos sobretudo de ordem pessoal com outros eminentemente sociais. Talvez por isso, como uma das alternativas mais frequentemente mencionadas e, até, mais plausíveis de evolução seja a ideia de que é oportuno estabelecer uma relação diferente entre trabalho e tempos livres, na qual deverá assentar uma nova exigência dos sujeitos face à índole, conteúdo, objectivos e organização do trabalho.

Domínios presentemente associados a formas não tradicionais de trabalho, tais como actividades voluntárias ou de lazer, são, de resto, cada vez mais apresentados como possíveis áreas de crescimento do emprego, mas, principalmente, como fontes alternativas de identidade e de pertença social, bem como de promoção do crescimento pessoal e da construção de novos significados facilitadores da (re)conquista, por parte dos sujeitos, da estima de si próprio e dos outros (Gorz, 1988; Imaginário, 1997). O sector relativo à ocupação dos tempos livres e do lazer é disso um bom exemplo. Não só constitui um dos espaços em que é possível perspectivar, com alguma segurança, o crescimento e, até, a criação de oportunidades de emprego, como a rendibilização de investimentos pessoais nesta área aparece como uma alternativa viável no que se refere à futura evolução dos tempos e modos de organização e exercício das actividades profissionais (Imaginário, 1997).

Todavia, nos dias que correm é ainda evidente alguma dificuldade, nomeadamente a nível cultural, em imaginar ou aceitar que a natureza do trabalho se encontra a mudar, não obstante o facto de, tal como já foi referido, as suas principais estruturas continuarem a operar de acordo com um modelo cada vez

mais desajustado às necessidades dos sujeitos, em particular às das suas camadas mais jovens (Sainsaulieu, 1998).

Aqui, há que, mais uma vez, pedir a atenção para o papel a desempenhar pela escassez de emprego. Actualmente, e apesar de já não ser possível garantir a todos um emprego socialmente reconhecido pelos próprios e pelos outros, verifica-se que o trabalho continua a assumir uma importância preponderante na vida das pessoas, ao ponto de o “desemprego constituir uma experiência angustiante e um desafio tremendo para o indivíduo” (Schliebner & Perego, 1994, p. 368), que o leva, inclusive, a questionar a sua existência. Para além de promover o desenvolvimento de novas formas de experienciar o trabalho – com base numa concepção diferente de projectos e estilos de vida pessoalmente satisfatórios e socialmente úteis –, urge proceder à reconceptualização das estruturas e mecanismos de distribuição social da riqueza (Ferry, 1994; Gorz, 1988), nomeadamente como uma forma de se evitar situações de exclusão à partida, apenas pelo facto de o acesso e permanência no mercado de trabalho não se ter verificado ou se caracterizar por alguma irregularidade – fenómenos que, até certo ponto, escapam ao controlo individual.

Caminhar, como tudo o indica, no sentido de os indivíduos adquirirem uma autonomia existencial facilitadora do desenvolvimento de novas exigências face ao e no trabalho, torna previsível que sejam as dimensões sociais e culturais, em particular aquelas relacionadas com o crescimento e a realização pessoais, a adquirir a centralidade presentemente associada, sobretudo, com a dimensão económica do trabalho (Coimbra, 1996). Previsão que, a confirmar-se, levaria as pessoas a, num futuro mais ou menos próximo, vivenciarem uma (profunda) reorganização da vida (social, económica, política, cultural).

Vários são, aliás, os autores que, no plano individual, defendem a adopção de uma perspectiva global da existência humana, na qual é proposta uma concepção mais abrangente de trabalho. Mais do que o considerar como uma actividade exclusiva das estruturas e contextos profissionais, há que procurar compreender a natureza das interações estabelecidas entre esse domínio e as demais esferas da existência

(e.g., família, lazer), bem como o tipo de necessidades a que dá resposta (Manuele-Adkins, 1992).

Importa, por um lado, encarar o trabalho como uma entre diversas actividades (centrais e transversais), na vida das pessoas, a ser equilibrada e integrada com os demais papéis e funções por si desempenhadas e, por outro, reconhecer a multiplicidade de significados que lhe estão associados, os quais não se restringem, necessariamente, às actividades situadas ou agregadas às estruturas e organizações laborais (Richardson, 1993). Talvez assim os sujeitos, ao planearem e concretizarem os seus projectos (vocacionais) de vida, passem a considerar outras alternativas de trabalho e, principalmente, outras formas de o experienciar, afirmando-se, deste modo, uma nova, ou, pelo menos, diferente da actual, concepção de projectos e estilos de vida pessoalmente satisfatórios e socialmente úteis.

Bibliografia

- Azevedo, J. (1999). *Voos de borboleta: Escola, trabalho e profissão*. Porto: Edições Asa.
- Balsan, D., Hanchane, S., & Werquin, P. (1997). *Mobilité professionnelle initiale: Éducation ou expérience sur le marché du travail*. In P. Werquin, R. Breen, & J. Planas (Eds.), *Insertion des jeunes en Europe: Théories et résultats* (pp. 91-112). Céreq: Documento n.º 120, Série Seminários.
- Beck, U. (1992). *The risk society: Towards a new modernity*. London: Sage Publications.
- Billard, I. (1993). Le travail: Un concept inachevé. *Education Permanente*, 116, 3, 19-32.
- Blossfeld, H.P. (1992). Les trajectoires professionnelles en RFA, étude des effets de cohorte, de période et de position dans le cycle de vie. In L. Coutrot, & C. Dubar (Eds.), *Cheminements professionnelles et mobilité sociale*. Paris: La Documentation Française.
- Coimbra, J.L. (1997/98). O meu “grande” projecto de vida ou os meus “pequenos” projectos: Linearidade e/ou recorrência no desenvolvimento vocacional e suas implicações educativas. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 13-14, 21-28.
- Comissão Europeia (1993). *Crescimento, competitividade e emprego: “Livro branco” sobre os desafios e as pistas para entrar no século XXI*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Correia, J.A. (1996). *Sociologia da educação tecnológica: Transformações do trabalho e da formação*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Espinasse, J.M., & Giret, J.F. (1997). Trajectoires d’insertion et modélisation des parcours: Quelques remarques. In P. Werquin, R. Breen, & J. Planas (Eds.), *Insertion des jeunes en Europe: Théories et résultats* (pp. 177-204). Céreq: Documento n.º 120, Série Seminários.
- Ferry, J. (1994). Réflexions sur la crise sociale. *Education Permanente*, 121, 4, 191-211.
- Gelpe, D. (1997). Les préoccupations de carrière des adultes en situation de transition professionnelle: Effets de trois types de déterminants. *L’Orientation Scolaire et Professionnelle*, 26, 1, 137-156.
- Gorz, A. (1988). *Métamorphoses du travail: Quête du sens*. Paris: Éditions Galilée.
- Imaginário, L. (1997). *Questões de orientação*. Comunicação apresentada na Conferência “Escola-Família-Comunidade”. Guarda, Fevereiro.
- Lebaude, A. (1996). Une crise profonde? Non, une mutation effective. *Education Permanente*, 129, 4, 19-28.
- Manuele-Adkins, C. (1992). Career counseling is personal counseling. *The Career Development Quarterly*, 4, 313-323.
- Méron, M. & Minni, C. (1995). Des études à l’emploi: Plus tarde et plus difficilement qu’il y a vingt ans. *Économie et Statistique*, 283/284, 9-32.
- Moncel, N. & Rose, J. (1995). Spécificités et déterminants de l’emploi des jeunes de 18 à 25 ans et de 26 à 29 ans: Vers la fin de la transition professionnelle?. *Économie et Statistique*, 283/284, 53-66.
- Quatenaire Portugal & CETE, Centro de Estudos de Economia Industrial, do Trabalho e da Empresa. (1996). *Labour market studies: Portugal*. Luxemburg: European Commission, Directorate-General for Employment, Industrial Relations and Social Affairs.

- Richardson, M.S. (1993). Work in people's lives: A location for counseling psychologists. *Journal of Counseling Psychology*, 40, 4, 425-433.
- Riverin-Simard, D. (1996). Le concept du chaos vocationnel: Un pas théorique à l'aube du XXI siècle?. *L'Orientation Scolaire et Professionnelle*, 25, 4, 467-487.
- Rose, J. (1997). L'accès à l'emploi des jeunes: Niveaux d'analyse, approches en termes de marché et construction sociale de l'emploi. In P. Werquin, R. Breen, & J. Planas (Eds.), *Insertion des jeunes en Europe: Théories et résultats* (pp. 163-175). Céreq: Documento n° 120, Série Seminários.
- Sainsaulieu, R. (1998). L'identité au travail d'hier à aujourd'hui. *L'Orientation Scolaire et Professionnelle*, 27, 1, 77-93.
- Santos, B.S. (1998). *Reinventar a democracia*. Lisboa: Fundação Mário Soares & Gradiva Edições.
- Savickas, M.L. (1997). Career adaptability: An integrative construct for life-span, life-space theory. *The Career Development Quarterly*, 45, 247-259.
- Schliebner, C.T. & Peregoy, J.J. (1994). Unemployment effects on the family and the child: Interventions for counselors. *Journal of Counseling and Development*, 72, 368-372.
- St. Aubyn, M. (1997). Desemprego. In Conselho Económico e Social, *Problemas actuais da política económica portuguesa: Crescimento, desemprego, participação na União Económica e Monetária* (pp. 57-96). Lisboa: Conselho Económico e Social.
- Super, D. (1988). Travail et loisir dans une économie en flux. *L'Orientation Scolaire et Professionnelle*, 17, 1, 23-32.
- Tessaring, M. (1998). Formation pour une société en mutation: Rapport sur la recherche actuelle en formation et enseignement professionnels en Europe. Thessalonique: CEDEFOP, Centre européen pour le développement de la formation professionnelle.

Abstract

Parada, F. & Coimbra, J.L. Directions and meanings of work within a changing reality:

Youth unemployment and integration difficulties in the labour market. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 15/16, 1999/2000, 47-57. The multiplicity of changes that characterise the end of the 20th century create the need to rethink contemporary life, especially in what concerns the meaning of work in human existence. Expressions such as occupational mobility, career breaks or changes, as well as a whole new language associated to also new forms work and employment are more and more usual and give rise to a historical context of unpredictability, uncertainty, risk and fluctuation. Young people are one of the most vulnerable groups affected by these changes, since they particularly feel the effects of the massive growth of phenomena like unemployment, the development of precarious or atypical forms of work or the de-regulation of salary relations and of work conditions. It is, thus, possible to anticipate that all of these transformations, in a more or less near future, will make people experience a (deep) reorganisation of their social, political, economic and cultural life, which, naturally, will also be felt in the directions and meanings assumed by work.

Résumé

Parada, F. & Coimbra, J.L. Directions et significations du travail dans le contexte d'une réalité changeante : Le chômage et les difficultés d'intégration professionnelle des jeunes. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 15/16, 1999/2000, 47-57. La multiplicité de transformations qui caractérisent la fin du 20ème siècle a créé la nécessité de refléter sur la vie contemporaine, spécialement sur ce qui concerne les directions et les significations du travail dans l'existence humaine. Les expressions comme mobilité professionnelle, changements ou interruptions de la carrière, autant que tout le nouveau langage associée a des aussi nouvelles formes de travail sont plus fréquentes et marquent un contexte historique d'imprévisibilité, incertitude, risque et fluctuation. Les jeunes constituent un des groupes les plus vulnérables à tous ces changements, particulièrement parce qu'ils sont très affectés par les effets de la croissance massive de phénomènes comme le chômage,

la forte implantation de formes atypiques ou précaires d'emploi ou par la graduelle dérégulation des conditions d'accès et de permanence dans l'emploi. Il est, donc, possible de prévoir, dans un futur plus ou moins proche, que toutes ces transformations amèneront les

gens à vivre une (profonde) ré-organisation sociale, politique, économique et culturelle qui, naturellement, se fera aussi sentir dans les directions et les significations assumées par le travail.